



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: BR102013018089-0 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 16/07/2013
Prioridade Unionista: -
Depositante: FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (BRMG) ; FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG (BRMG) ; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG (BRMG)
Inventor: ARMANDO DA SILVA CUNHA JUNIOR; MILENA CRISTINA RIBEIRO SOUZA MAGALHÃES; ALISSON SAMUEL PORTES CALDEIRA; HANNA DE SOUSA ROCHA ALMEIDA; SÍLVIA LIGÓRIO FIALHO
Título: “Formulação de antirretroviral em nanopartículas poliméricas para o tratamento de hiv/aids e respectivo método de análise da dita formulação”

PARECER

| Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas | | | |
|-----------------------------------------|---------|----------------|------------|
| Elemento | Páginas | n.º da Petição | Data |
| Relatório Descritivo | 1-19 | 014130001482 | 16/07/2013 |
| Quadro Reivindicatório | 1-2 | 870220009550 | 03/02/2022 |
| Desenhos | - | - | - |
| Resumo | 1 | 014130001482 | 16/07/2013 |

| Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|
| Artigos da LPI | Sim | Não |
| A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção) | | x |
| A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável) | | x |
| O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI) | x | |
| O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI | x | |

| Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI | | |
|----------------------------------------------------------------------|-----|-----|
| Artigos da LPI | Sim | Não |
| O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI | | x |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------|--|----------|
| O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI | | x |
|------------------------------------------------------------------------|--|----------|

Comentários/Justificativas

A Requerente solicita proteção patentária para uma formulação farmacêutica de nanopartículas poliméricas de poli-ε-caprolactona contendo zidovudina. Este Instituto entende que tal formulação, definida desta forma, compreende as características essenciais da dita invenção. Contudo, a Requerente empregou expressões que não definem de forma clara a matéria a ser empregada, tal como “podendo ser empregado também para outro antirretroviral” (reivindicação 2), bem como não há suficiência descritiva para outras nanopartículas poliméricas contendo outro princípio ativo, o que infringe o disposto nos artigos 24 e 25 da LPI.

| Quadro 4 – Documentos citados no parecer | | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Código | Documento | Data de publicação |
| D1 | “Date, A.A., DESTACHE, C.J.: “A review of nanotechnological approaches for the prophylaxis of HIV/AIDS”, <i>Biomaterials</i> , 2013 , 34(26), 6202-6228”. | 28/05/2013 |

| Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI) | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Requisito de Patenteabilidade | Cumprimento | Reivindicações |
| Aplicação Industrial | Sim | 1-11 |
| | Não | - |
| Novidade | Sim | 2,5-11 |
| | Não | 1,3,4 |
| Atividade Inventiva | Sim | 2-11 |
| | Não | 1,3,4 |

Comentários/Justificativas

Ao confrontar a matéria em pleito com os conhecimentos disponibilizados no estado da técnica pertinente, verifica-se que a matéria pleiteada nas reivindicações 1, 3 e 4 não atendem ao disposto nos artigos 8º e 11 da LPI, uma vez que D1 relata variadas nanopartículas poliméricas para a liberação de agentes antirretrovirais (ver páginas 9-13). Entretanto, o restante das reivindicações atende ao disposto no artigo 8º da LPI, sendo, pois, passível de proteção patentária. Contudo, após a leitura do relatório descritivo e do resumo apresentados, algumas irregularidades foram observadas, o que compromete a patenteabilidade da matéria em pleito.

Para que seja dado prosseguimento ao exame técnico do presente pedido de patente, faz-se necessário o cumprimento das seguintes exigências técnicas:

- 1) Excluir as reivindicações 1, 3 e 4, de modo a atender o disposto no artigo 11 da LPI.

2) Re-escrever a reivindicação 2, de forma a atender o disposto nos artigos 24 e 25 da LPI, conforme comentado no Quadro 3 deste parecer técnico.

Conclusão

O depositante deve responder a(s) exigência(s) formulada(s) neste parecer em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação na RPI, de acordo com o Art. 36 da LPI.

Publique(m)-se a(s) exigência(s) técnica(s) (6.1).

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2022.

André Luiz da Silva Moura
Pesquisador/ Mat. Nº 1609273
DIRPA / CGPAT I/DIFAR-II
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 001/15